

Reportagem transnacional e consórcio de jornalistas: *Offshore Leaks* e *Swiss Leaks* comentados a partir de dois conceitos pós-industriais.¹

Cross-border reporting and consortium of journalists: *Offshore Leaks* and *Swiss Leaks* commented from two post-industrial concepts.

Ben-Hur Demeneck²

Resumo: O *Offshore Leaks* e o *Swiss Leaks* resultam de investigações que, tal qual a abrangência dos *paraísos fiscais*, ultrapassam as fronteiras nacionais. Ambas as séries foram mediadas pelo consórcio de jornalistas ICIJ (*International Consortium of Investigative Journalists*), sediado em Washington DC (EUA). O *jornalismo pós-industrial* identifica o jornalismo da era digital a partir da independência entre o ambiente de redação da notícia e o maquinário de sua veiculação, cuja proximidade era necessária na “era industrial” (ANDERSON, BELL & SHIRKY, 2012). “Consórcio de jornalistas” e “reportagem transnacional”, embora não sejam expressões consensuais nos Estudos em Jornalismo, permitem assinalar tendências de como jornalistas profissionais organizam respostas institucionais a demandas de uma “sociedade civil global” e como oferecem pistas de adaptações estruturais da profissão, afinal, esses conceitos representam soluções na diminuição de riscos e de custos em reportagens investigativas.

Palavras-Chave: Reportagem transnacional, Consórcio de Jornalistas, Jornalismo Pós-Industrial.

Abstract: The *Offshore Leaks* and the *Swiss Leaks* stem from investigations that go beyond national borders – like the scope of *tax havens*. The *International Consortium of Investigative Journalists* (ICIJ) mediated both series based in Washington DC (USA). The *post-industrial journalism* is a concept that identifies the digital era journalism by its independence from news writing environment and the machinery of its broadcasting, whose proximity was necessary in the “industrial journalism” (ANDERSON, BELL & SHIRKY, 2012). “Consortium of journalists” and “cross-

¹ Trabalho apresentado no II Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, realizado na Universidade Anhembi-Morumbi, cidade de São Paulo, entre 2 e 4 de julho de 2015. Eixo temático: Jornalismo Guiado por Dados e Reportagem Assistida por Computador. Uma versão mais completa desse trabalho poderá ser vista na tese deste autor, que, em breve, será defendida na ECA-USP. Este artigo também retoma discussões feitas no artigo apresentado na IAMCR 2015 – “*Offshore Leaks and the search for journalistic truth in cross-border financial flows*”.

² Ben-Hur Demeneck é doutorando do Programa em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM da ECA-USP), vinculado à área de concentração “Estudos dos Meios e da Produção Midiática” e à linha de pesquisa “Informação e Mediações nas Práticas Sociais”. É mestre em Jornalismo pela UFSC e sua tese recebe a orientação do Prof. Dr. Eugênio Bucci e o financiamento da agência CAPES. Contato: b.demeneck@usp.br. Twitter: [@demeneck](https://twitter.com/demeneck).

border reporting”, although they are not consensual expressions in Journalism Studies, they allow to point out trends as professional journalists organized institutional answers for demands of a “global civil society” and how journalists provide structural adaptations for their professional area, after all, these concepts represent solutions in the reduction of risks and costs in investigative reportings.

Keywords: Cross-border reporting, Consortium of journalists, Post-Industrial Journalism.

.....

1 Introdução

Offshore Leaks e *Swiss Leaks* resultam de investigações que, tal qual a abrangência dos *paraísos fiscais*, ultrapassam as fronteiras nacionais. Ambas as séries jornalísticas foram mediadas por um consórcio de jornalistas e servem para ilustrar o que vem se convencendo chamar de *reportagens transnacionais*. “Consórcio de jornalistas” e “reportagem transnacional” oferecerem pistas interessantes para estudar as redefinições profissionais do jornalismo, em especial, o da modalidade investigativa.

A referência para o que o artigo nomeia “consórcio” é o ICIJ, sigla de *International Consortium of Investigative Journalists*, que foi fundado em 1997 e está sediado em Washington DC (EUA). No caso do *Offshore Leaks*, o consórcio organizou a colaboração de aproximadamente 86 jornalistas de 46 países, que gravitaram em torno de um volume de dados financeiros de aproximadamente 260 *gigabytes*, equivalentes a uns 2,5 milhões de arquivos – algo 160 vezes maior que a quantidade de informação vazada pelo *WikiLeaks*.

A fim de esboçar um conceito de reportagem transnacional (*cross-border reporting*), a revisão bibliográfica deste trabalho se baseia tanto em estudiosos do jornalismo investigativo quanto em repórteres premiados – muitas vezes, esses papéis se combinam –, a exemplo de Brant Houston (2008, 2013), David Kaplan (2007, 2013), Charles Lewis (2007, 2013, 2014), Brigitte Alfter (2011), Stefan Candea (2013) e Paul Christian Radu (2013).

De modo genérico, a reportagem transnacional pode ser identificada pelo fato de ela formar uma rede de trabalho colaborativo entre jornalistas profissionais de diferentes países para investigarem um problema de relevância mundial, adaptando, num segundo momento, a publicação de histórias conforme os públicos “locais”. O que nos interessa neste artigo é a expressão transnacional do jornalismo investigativo guiado por dados e como ele tem se aproveitado desse fenômeno da colaboração, inclusive entre indivíduos e grupos tradicionalmente concorrentes, conforme foi assinalado por editores da *Columbia Journalism*

Review como uma resposta à onda de demissões nos EUA – “durante o ano passado, uma série de agências de notícias têm feito o que tem sido tradicionalmente anátema para os jornalistas: colaborar com a concorrência” (2009).

A complexidade da reportagem transnacional requer a aproximação de conceitos como jornalismo pós-industrial (ANDERSON, BELL & SHIRKY, 2013), jornalismo global (WARD, 2008, 2010), transnacionalismo (VERTOVEC, 2009) e globalização (IANNI, 2000; APPADURAI, 2009). A combinação desses referenciais conduz a hipóteses como: (a) a reportagem transnacional permite que o valor da competição perca espaço ao da colaboração; (b) formam-se “nós” não-corporativos nessas redes de jornalistas profissionais; (c) o modelo “transnacional” é atraente a jornalistas porque permite uma divisão de custos e de riscos.

Embora o modelo do consórcio de jornalistas, utilizado pelo ICIJ, não seja uma expressão consensual e o termo reportagem transnacional seja ainda um conceito em construção, o impacto de trabalhos como o *Offshore Leaks* e o *Swiss Leaks* indicam o quanto merecem atenção. Apenas o tempo indicará se o primeiro conceito será uma tendência (ou apenas mais uma das expressões do chamado jornalismo sem fins lucrativos) e se o segundo termo consegue se consolidar como uma resposta institucional dos jornalistas profissionais às demandas da sociedade civil global. Tanto um como outro integram o campo do “futuro do jornalismo”, que é uma das discussões mais vibrantes da atualidade acadêmica.

2 Pontos para Discussão

2.1 Jornalismo Pós-Industrial

O termo jornalismo pós-industrial surgiu em 2001, cunhado pelo jornalista Doc Serls, ao associar redações jornalísticas ao maquinário de produção da notícia. Até os anos 1990, esses espaços ficavam próximos, no entanto, tal dependência caiu no desuso. Um *smartphone* é capaz dar suporte à transmissão ao vivo de uma sonora para a *BBC*, para a *CNN* ou a uma rádio comunitária, onde quer que o jornalista esteja.

A Escola de Jornalismo de Columbia publicou um dossiê em 2012 sobre jornalismo pós-industrial assinado por Anderson, Bell & Shirky, que foi divulgado no Brasil pela *Revista de Jornalismo ESPM* (Abr/Mai/Jun 2013). Os autores destacaram um cenário emergente em que sobra interesse “tanto na institucionalização de novas organizações de notícias quanto na adaptação de velhas instituições à nova realidade” (p. 40). O estudo havia sido desenvolvido a

partir do *Tow Center for Digital Journalism* de Columbia e teve divulgação pela CJR (*Columbia Journalism Review*) e se assentou em cinco hipóteses que os autores retomaram como “convicções” (2013, p. 33):

- a) o jornalismo é essencial;
- b) o bom jornalismo sempre foi subsidiado;
- c) a internet acaba com o subsídio da publicidade;
- d) a reestruturação se faz obrigatória; e
- e) há muitas oportunidades de fazer um bom trabalho de novas maneiras.

O *jornalismo pós-industrial* deve ser considerado dentro do contexto de sociedade em que a produção e a distribuição de informação tomaram o lugar antes ocupado pelo trabalho manual na indústria. Ou seja, uma *sociedade da informação* (*information society*). Em 1973, o sociólogo Daniel Bell publicara “*O advento da sociedade pós-industrial*” (1973), obra em que interpretava que o poder da indústria passava a depender de um capital humano, baseado na tecnologia e no conhecimento científico. Havia um domínio crescente da racionalidade científica frente às esferas políticas, econômicas e sociais e que passava a reestruturar a hierarquia social. No Congresso de 2014 da Abraji, Rosental Calmon Alves, em oficina sobre jornalismo empreendedor, ilustrou a mudança de ambientes pela metáfora do ecossistema. Para a era industrial do jornalismo, Rosental exibiu a imagem de uma vegetação desértica, a qual se contrapõe à flora amazônica da pluralidade pós-industrial.

O dossiê de Anderson, Shirky & Bell é interessante para pensar nos modelos emergentes de organização do jornalismo e reavaliar procedimentos de produção das notícias, considerando a redução dos custos e a incorporação de métodos digitais de trabalho, sobretudo para o campo investigativo – no qual se tornam prazos curtos e baixo orçamento são adversários crônicos. Embora ainda haja poucas definições de cenário no jornalismo pós-industrial, profissionais tomam iniciativas se adaptar a elas tanto no tempo quanto no espaço, entre elas:

- Prazos e formatos de produção de conteúdo já não são delimitados;
- Localização no mapa perde relevância na coleta de informações e na criação e consumo do conteúdo jornalístico;
- Transmissão de dados em tempo real e atividade em redes sociais produzem informações em estado bruto;
- *Feedback* em tempo real influencia matérias; e
- Indivíduos ganham mais importância do que a marca (2013, p. 51).

Segundo essa linha de interpretação, o jornalismo pós-industrial usufrui de novidades

tecnológicas e culturais próprias dos tempos de convergência – que partem desde o uso de mais máquinas para produzir notícias, até mesmo o desenvolvimento de métodos e esquemas teóricos que facilitem a obtenção de dados via indivíduos, multidões e máquinas. O ambiente exige disposição ao trabalho em rede, o que confronta modelos competitivos consagrados no jornalismo *mainstream*.

A fim de ilustrar esse debate sobre jornalismo pós-industrial, transcrevo a seguir uma entrevista que fiz com o jornalista sul-africano Justin Arenstein (*African Eye News Service – AENS*)³, que é um reconhecido formador de redes investigativas no continente africano. A primeira resposta diz respeito ao papel do jornalismo de dados nas novas práticas profissionais:

Eu acredito que, definitivamente, estamos tendo contato com novas ferramentas bastante poderosas para uso dos jornalistas. Elas estão mudando o modo os profissionais da informação trabalham. Em primeiro lugar, porque eram ferramentas de acesso exclusivo das grandes redações. Com a disseminação da tecnologia, mesmo as redações pequenas e jornalistas individuais começaram a desenvolver investigações que só eram possíveis de conduzir por veículos como o *The Guardian* e o *The New York Times*. Em segundo lugar, hoje em dia, a mídia acessa uma quantidade imensa de dados primários, o que lhe desafia a realizar maiores projetos e a se aprofundar nos problemas que ela se propõe a resolver (ARENSTEIN, 2013).

A seguir, a resposta considera a capacidade de formação de redes de trabalho por parte dos jornalistas nos dias de hoje:

No passado, investigações relacionadas à sonegação fiscal e à lavagem de dinheiro apenas eram apenas possíveis de serem conduzidas por agências como a *Reuters* e a *Bloomberg*, por elas terem escritórios instalados ao redor do mundo. Atualmente, com um simples *e-mail*, um jornalista da Colômbia pode contatar um jornalista do Quênia para trabalharem juntos em uma história. A colaboração significa que, de repente, todos nos tornamos membros de organizações e de companhias de mídia globais, todas com influência global. Se nós jornalistas ficamos apenas competindo, somos mais fracos (ARENSTEIN, 2013).

Por último, Arenstein comenta como o combate à corrupção hoje passa pelo trabalho em rede estabelecido por jornalistas profissionais:

Eu penso que os criminosos não se intimidam com as fronteiras nacionais. Os criminosos não apenas operam em seus próprios grupos. Eles colaboram com outros criminosos. Mafiosos ajudam mafiosos, contrabandistas ajudam outros contrabandistas – todos eles têm suas redes globais. Portanto, os jornalistas também

³ Entrevista concedida a Ben-Hur Demeneck no Rio de Janeiro a 13 de outubro de 2013, na PUC-RJ, após a atividade “*Hack in Rio 2013*” (9:00am - 7:00pm). Programação da GIJC 2013.

precisam adotar estratégias colaborativas para terem um alcance transnacional, mesmo que nós sejamos muito pequenos enquanto indivíduos. Se você olhar para esta conferência [GIJC 2013], encontrará cerca de 1300 participantes. Você irá perceber que muitos deles colaboram entre si, a partir de diferentes países e meios de comunicação. Eles são jornalistas motivados a resolver os problemas [de seu país, de sua região] com soluções em rede. Trabalhos colaborativos em jornalismo podem ser desenvolvidos em qualquer lugar (ARENSTEIN, 2013).

2.2 Jornalismo sem Fins Lucrativos

Os centros de investigação jornalística sem fins lucrativos, segundo o veterano jornalista David Kaplan, têm sido importantes por sua capacidade de fornecer treinamento exclusivo a repórteres e por dar suporte à produção de conteúdos. Esses centros têm servido para estabelecer padrões de excelência, fundamentais para a profissionalização das comunidades de jornalistas locais (KAPLAN, 2007). David Kaplan trabalhou como jornalista investigativo por mais de 30 anos e seu trabalho circula em livros, entre eles um sobre a *Yakuza*, a máfia japonesa. De 2008 a 2011, atuou como diretor do ICIJ. Atualmente, Kaplan procura estabelecer o primeiro secretariado da *Global Investigative Journalis Network*.

Segundo Kaplan, além da globalização e os esforços de ajuda internacional se somam à ação dos centros independentes de jornalismo para dar vigor ao modelo transfronteiriço de reportagem. O fator histórico, que inaugurou uma era de crescimento mundial da reportagem investigativa, no entanto, foi a queda do comunismo, no pós-1989 (id.). As novas mídias aceleraram mudanças na esfera pública mundial, conforme Chouliaraki & Blaagaard (2013) destacam em seu trabalho, tendo por ponto de partida os episódios da *Primavera Árabe*, do *Occupy Wall Street*, em 2011, do terremoto no Haiti, em 2010, e das Eleições no Irã, em 2009. As pesquisadoras são vinculadas, respectivamente, à *The London School of Economics*, da Inglaterra, e à *Aalborg Universitet*, da Dinamarca.

Para contextualizar o fenômeno das organizações sem fins lucrativos, Charles Lewis apresenta tanto um cenário de devastação dos espaços das redações na primeira década do século XX quanto o encontro de uma alternativa encontrada pelo jornalismo investigativo “de não apenas sobreviver, mas a de prosperar numa nova idade de ouro altamente inovadora” (LEWIS, tradução livre, 2009). A crise da imprensa pôde ser vista em 2008, e se expressou em números – caso do grupo *Gannett & McClatchy*, que cortou sozinho mais de 5.500 postos de trabalho de jornal. Segundo análise da *Advertising Age*, entre 2000 e 2008, as indústrias de

mídia teriam perdido mais de 200.000 empregos (id.).

Charles Lewis é professor da *American University*, em Washington, e é presidente fundador do *Fund for Independence in Journalism*. Lewis já trabalhou como produtor do programa “60 Minutes” e fez reportagens investigativas para a ABC News e para CBS News. Diante desse repertório, Lewis escreveu “*The Growing Importance of Nonprofit Journalism*” no qual indica a diversidade geográfica e a importância de redes jornalísticas sem fins lucrativos ao redor do mundo, entre elas o Centro de Reportagem Investigativa (*Center for Investigative Reporting*), sediado em Berkeley, na Califórnia; o Centro Filipino de Jornalismo Investigativo (*Philippine Center for Investigative Journalism*), localizado em Manila; e o Centro de Jornalismo Investigativo Romeno (*Romanian Center for Investigative Journalism*), instalado em Bucareste (ibid.).

2.3 Reportagem Transnacional

Qualquer reportagem de profundidade que reúna jornalistas de pelo menos dois países numa apuração compartilhada de um tema de relevância mundial – ou pelo menos continental – pode ser adjetivada genericamente como “transnacional”. No entanto, em termos específicos, a reportagem transnacional se refere a um padrão de trabalho que atualmente é praticado dentro do chamado “jornalismo investigativo” e que procura dar conta de fenômenos complexos, como “cadeias produtivas” do crime organizado. Também realizada por redações tradicionais, a reportagem transnacional cresceu em importância nos anos 2000 e 2010 pela ação de organizações sem fins lucrativos e centros de investigação jornalística autônomos. É conhecida por “*cross-border reporting*”, em inglês, e “*periodismo transfronteirizo*”, em espanhol.

Segundo a especialista dinamarquesa Brigitte Alfter, no artigo “*The Challenge of Cross-Border Reporting in Europe*” (2011), o papel fiscalizador do jornalista passa, hoje, por sua capacidade de estabelecer uma rede de contatos (*networking*), necessidade que se reforça quando a cobertura exige maior número de viagens, domínio de outros idiomas e contato com diversas instâncias administrativas. Para Alfter, que participou de painel da GIJC 2013 [*Conferência Global de Jornalismo Investigativo*], no Rio de Janeiro, a reportagem transnacional consegue reduzir custos e até mesmo riscos, devido a seu empenho coordenado de equipes. No entanto, o levantamento de informações jamais deve ignorar as tradições locais de mídia, já que as histórias precisam ser moldadas conforme o padrão cultural local, senão

perdem seu impacto. Corroborando o argumento da dinamarquesa, a diretora do *Centro de Jornalismo Investigativo Toni Stabile* da Escola de Graduação da Universidade de Columbia, Sheila S. Coronel, que é de origem filipina, enfatiza que o jornalista pode dividir ou diminuir os custos e os riscos ao desenvolver reportagens transnacionais (FROOMKIN, 2012).

Se o cosmopolitismo está presente em diversos setores sociais e prenuncia uma “sociedade civil global” – e trabalhos em Comunicação procuram revelar esse fenômeno mundial – convém questionar em que medida o jornalismo consegue institucionalizar processos e funções voltados a valores mais globais que nacionais, sobretudo quando o crime e a corrupção se globalizam.

Um dos jornalistas mais premiados do Brasil, Mauri König (*Gazeta do Povo*)⁴, comenta o que entende por reportagem transnacional e como estava desenvolvendo uma:

Fundamentalmente, a reportagem transnacional tem que ser de um tema que perpassa dois ou mais países. Tema que tenha a ver com o interesse de sociedades de pelo menos dois diferentes países. Eu cobri por muito tempo as fronteiras do Brasil. Eu mostrava a dinâmica do crime organizado, sobretudo, o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Mostrava como as redes criminosas do Brasil se relacionam com as redes dos países de fronteira – Argentina, Uruguai, Venezuela, Bolívia. Neste momento, estou numa cobertura transcontinental. É uma cobertura sobre contrabando de cigarro, que tem o Paraguai como epicentro do maior esquema de cigarro pirata nas Américas. A equipe reúne jornalistas de cinco países – Brasil, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos e Peru. Estamos fazendo coberturas nos diferentes países para saber quais são as rotas do contrabando de cigarro que sai do Paraguai e como ele entra em cada país. Queremos responder: como é que se burlam as leis de cada país para esse cigarro chegar? Como é que se burla o controle fiscal e policial nas fronteiras? E, em alguma medida, avaliar como é que isso afeta a economia de cada país receptor do cigarro contrabandeado. Nossa rede entendeu que o problema existe em nossos países de diferentes maneiras. Assim, cada um – a partir de seu país – busca as causas do contrabando. (...). Seria difícil para mim, que estou no Brasil, mapear outros países a respeito do contrabando de cigarros. Seria um trabalho sobre-humano e muito oneroso, eu ter de ir para outros países para descobrir como ocorre essa modalidade de contrabando. Por esse motivo, foi criado o grupo sob a coordenação de um colega do Peru. O passo seguinte foi definir tarefas. Basicamente consistia levantar informações, caso a caso, de como o cigarro contrabandeado do Paraguai entra em seu país e como ele afeta a economia local.

Mauri König destaca o compartilhamento de informações como sendo um trunfo que estimula jornalistas profissionais a criarem redes de colaboração e a fazerem reportagens transnacionais:

Além de ser menos oneroso, é também mais rápido. Com cinco equipes em diferentes países, em tese, demora-se cinco vezes menos do que ter uma equipe apenas

⁴ Entrevista concedida a Ben-Hur Demeneck em Curitiba a 8 de março de 2014, durante o 7º Congresso Paranaense de Jornalistas.

circulando nos cinco diferentes países em questão. Ou seja, há uma otimização de tempo, de recursos financeiros. Outro fator importante é que se compartilham visões plurais sobre o problema, já que não é apenas a cobertura de um único jornalista. Há pelo menos cinco diferentes jornalistas, cada um com diferentes interpretações para explicar o contrabando de cigarro. A pluralidade de perspectivas enriquece a análise geral do problema.

3. ICIJ, *Offshore Leaks* e *Swiss Leaks*

A palavra consórcio talvez careça de ser consagrada na bibliografia como uma forma de organização jornalística. No entanto, ela parece ser a palavra mais adequada para identificar pontos de encontro de uma rede de colaboradores que seja feita por jornalistas profissionais e que procure se dedicar ao jornalismo investigativo, a qual procure cobrir lacunas informativas e interpretativas deixadas pelo jornalismo *mainstream* e mesmo pelo jornalismo “independente”. Ao que temos observado, um consórcio como o ICIJ decorre de um conjunto de outras formatações organizacionais mais tracionais, como é o caso de associações profissionais e centros independentes. Numa busca simples de definição consórcio seria, portanto, um modelo organizacional em que jornalistas profissionais procuram manter um trabalho de interesse público, mas ligados a demandas generalistas, não apenas a uma pauta de trabalho apenas, como tende a convir ao expediente das ONGs.

3.1 Histórico do ICIJ

Ligado ao *Center for Public Integrity*, o *International Consortium of Investigative Journalists* (ICIJ; na tradução livre, *Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos*) foi fundado em 1997. O ICIJ pode ser considerado a instituição promotora de reportagens transnacionais com maior projeção no mundo, fato reafirmado no início de 2015 com o *Swiss Leaks*. Segundo informações institucionais divulgadas desde fevereiro de 2012⁵, o consórcio conta com uma rede global com mais de 175 repórteres distribuídos em mais de 50 países, os quais não se detêm nas fronteiras nacionais para apurar informações envolvendo manifestações globais da criminalidade, da corrupção e de poderes instituídos.

O comitê consultivo do ICIJ, aliás, é integrado pelo supracitado Bill Kovach e por outros especialistas como Rosental Calmon Alves e Brant Houston. O ICIJ procura reunir jornalistas,

⁵ As informações institucionais do ICIJ estão disponíveis no hiperlink <http://www.icij.org/about>

editores, advogados e especialistas em RAC (*Reportagem Assistida por Computador*) e em registros públicos e eles compartilham uma constatação de que o “interesse público” tem sido prejudicado nos processos de globalização, já que o trabalho das redações tradicionais estariam sendo constrangidos por *deadlines* cada vez menores e por falta de recursos. Ou, em países pouco desenvolvidos, quando as ameaças chegam a se concretizar em agressões e assassinatos contra jornalistas.

As equipes do ICIJ investigaram temas e agentes como o contrabando de tabaco multinacional, grupos de crime organizado, cartéis militares privados, empresas de amianto, lobistas em questões climáticas, contratos de guerra do Iraque e do Afeganistão. As reportagens da ICIJ já foram premiadas com o *George Polk Award*, o *John Oakes Award*, o *Editor and Publisher Award*, o *Investigative Reporters and Editors Award* e o *Overseas Press Club Award*. É importante ressaltar que o ICIJ é apenas uma das redes de jornalismo investigativo com pretensões de escopo global ou transcontinental e que *Offshore Leaks* e *Swiss Leaks* são apenas dois de seus projetos. Afinal, o grupo atua desde 1997 e até concede prêmio às melhores reportagens transnacionais, ano a ano.

3.2 *Offshore Leaks* e *Swiss Leaks*

Para produzir o *Offshore Leaks*, o ICIJ formou uma rede de 86 jornalistas espalhados em 46 países. Segundo as palavras do jornalista britânico Duncan Campbell, o trabalho “representa uma das maiores parcerias investigativas *cross-border* na história do jornalismo”⁶. Diferentemente do caso *WikiLeaks*, o “*whistleblower*” do *Offshore Leaks* não foi descoberto⁷, após contar o jornalista investigativo australiano Gerard Ryle. Esse profissional havia se familiarizado com o mundo dos paraísos fiscais enquanto apurava a fraude de uma empresa australiana do setor energético e teve de fazer escala pelas Ilhas Virgens Britânicas.

⁶ Citação do artigo “*How ICIJ’s Project Team Analyzed the Offshore Files*”. Trecho, no original: “*ICIJ’s team of 86 investigative journalists from 46 countries represents one of the biggest cross-border investigative partnerships in journalism history*”. Texto divulgado em <http://www.icij.org/offshore/how-icijs-project-team-analyzed-offshore-files> (3/04/2013, 7:00 p.m.).

⁷ O *WikiLeaks* envolveu a publicação de “diários do Iraque”, “diários do Afeganistão” e o “*Cablegate*” (telegramas diplomáticos norte-americanos). O conteúdo foi vazado pelo jovem militar Bradley Manning, que cumpria expediente no Iraque e acabou tendo seu nome revelado pelo *hacker* Lamo à revista *Wired*.

O jornal *The Sydney Morning Herald*, na edição de 5 de abril de 2013⁸, destaca a corrida global iniciada por Gerard Ryle (“*Mysterious mail to Australian journalist triggers global tax haven expose*”) até que assumisse o cargo de coordenador do ICIJ. Os intertítulos indicam efeitos na política, na economia e mesmo no mundo comunicacional do que se transformaria no *Offshore Leaks* em vez de mais uma matéria de interesse nacional – “*Embarrassing the powerful*”, “*Millions in secret accounts*”, “*Larger than WikiLeaks*”. Na entrevista que concedeu ao supracitado periódico, Ryle lembra do valor da colaboração no trabalho investigativo, malgrado a resistência de muitos de seus colegas – “*I wanted to encourage collaboration among journalists, something that we, investigative journalists, normally don't like to do. We like to work on our own and keep our secrets*”, Ryle said”.

Quanto aos paraísos fiscais, um livro que indica a influência desses locais junto à economia e à política mundial é *Treasure Islands*, que foi publicado em 2011 por Nicholas Shaxson. Além do jogo de palavras com o clássico de Robert Louis Stevenson (1850-1894), o jornalista do *Financial Times* Shaxson explica como é que um terço da riqueza global passa por localidades como as Ilhas Cayman e conseguem encobrir crimes como evasão fiscal, sonegação de impostos e lavagem de dinheiro. Mais que cenários do capitalismo mundial, as transações *offshore* são um de seus meios de sustentação.

No caso do *Offshore Leaks*, o banco de dados aberto à consulta pública pelo ICIJ revela informações de propriedade de empresas criadas em 10 jurisdições *offshore* durante um período de quase 30 anos até 2010, incluindo documentação das Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cook e Cingapura. O esforço jornalístico serviu, basicamente, para revelar uma rede de banqueiros e consultores financeiros que orientavam empresas e magnatas a esconder suas riquezas em paraísos fiscais. As publicações tiveram um impacto mundial, especialmente no Canadá, na Indonésia, nas Filipinas, na Venezuela, na Rússia e no Azerbaijão. Na França, o escândalo chegou a derrubar o ministro das Finanças.

O *Swiss Leaks* segue na mesma linha do *Offshore Leaks* por estar ligado a crimes de evasão fiscal e à lavagem de dinheiro e de só ter havido um informante. Nesse caso, um ex-funcionário do HSBC, Hervé Falciani. Até chegar ao ICJI, os dados tiveram uma primeira investigação pelo governo francês a partir de 2008, da qual se beneficiaria o jornal *Le Monde*,

⁸ Link: <http://www.smh.com.au/business/world-business/mysterious-mail-to-australian-journalist-triggers-global-tax-haven-expose-20130405-2hak3.html>

cuja lista organizava mais de 100.000 clientes entre pessoas físicas e jurídicas, distribuídos em mais de 200 países. A fim de ampliar a investigação e a globalizar, o Le Monde entrou em contato com o ICIJ. Os dados se dividiam em três grandes grupos de arquivos bancários internos: a) de clientes e de suas contas privadas associadas à filial suíça do HSBC, na maior parte deles sendo de 1988 a 2007; b) de montantes máximos das contas durante 2006 e 2007; c) de notas feitas com clientes e de conversas feitas por funcionários do banco durante 2005⁹. Além de fornecer riqueza de detalhes de empresas *offshore* secretas ligados a algumas contas, o caso expôs mais de US\$ 100 bilhões, sendo 12,6 bilhões deles em nome de instituições governamentais, como a Venezuela, país rico em petróleo.

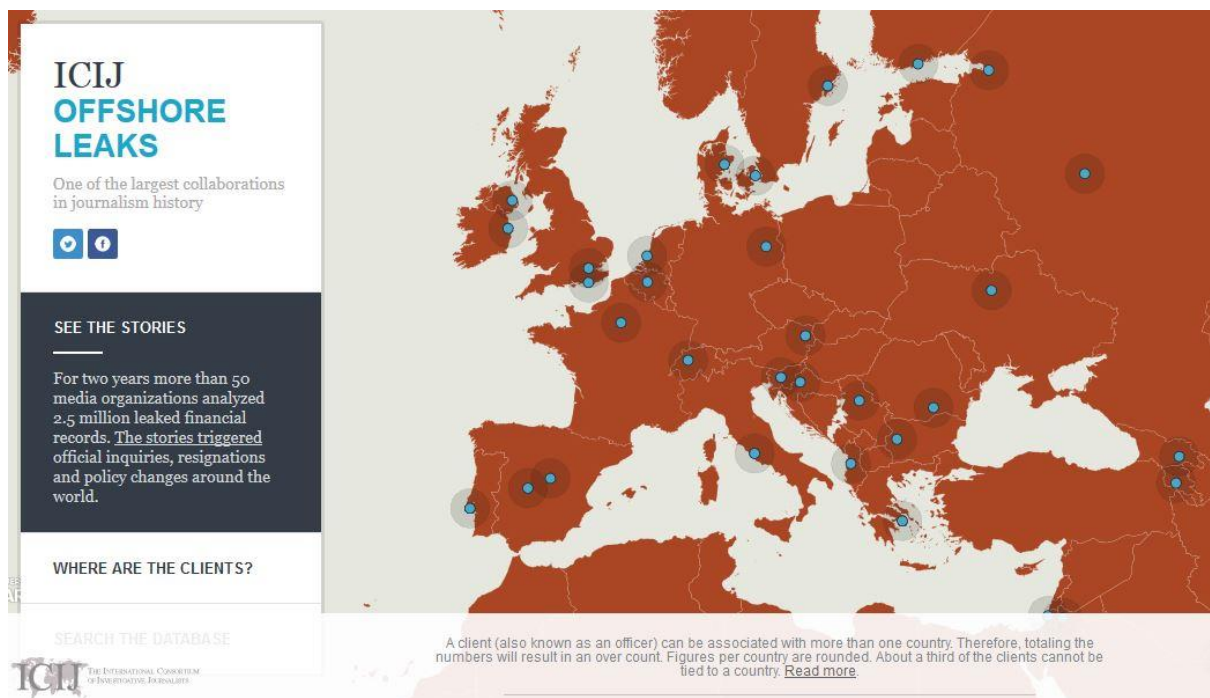
No Brasil, o *Swiss Leaks* ganhou maior projeção até porque o ICIJ contou com a participação do jornalista brasileiro Fernando Rodrigues como um dos pontos de apoio da investigação. Rodrigues é jornalista do portal UOL e um dos diretores da Abraji. Somado a esse fator determinante, relativo à produção noticiosa, não se pode ignorar o lastro comunicacional deixado pela atuação investigativa de Glenn Greenwald, atualmente residente no Brasil, e sua atuação junto ao caso Snowden. Interesse por denúncias também despertado pela confirmação de que o estado brasileiro esteve sob espionagem norte-americana, inclusive via grampos telefônicos para monitorar decisões da chefe de Estado.

Uma investigação acerca dos “paraísos fiscais” é valiosa como pesquisa em Jornalismo Investigativo porque consegue, ao mesmo tempo, evidenciar pontos da economia e da política internacional e revelar seu enraizamento nos planos locais. Um estudo do impacto transnacional e local de séries investigativas, como as que arrolamos, interessa para entender como jornalistas profissionais têm encontrado ferramentas não só de ordem técnica, mas quais novas responsabilidades eles têm assumido para abordar de modo mais plural o crime organizado, o terrorismo, os movimentos migratórios, a pobreza, o desemprego e a informalidade, entre outros temas (GRIEVES, 2012; KAPLAN, 2013). Enquanto a globalização econômica é uma realidade e se identifica em pelo menos quatro faces evidentes – a comercial, a produtiva, a financeira e a tecnológica – a política possui limitações para se globalizar, a começar pelos limites dos estados dos estados-nação e mesmo pela apropriação de órgãos multilaterais pelas maiores economias (BARBOSA, 2014).

⁹ Fonte: <http://projects.icij.org/swiss-leaks/about>

O debate da reportagem transnacional, que podemos ilustrar pelas séries *Offshore Leaks* e *Swiss Leaks*, surge, portanto, como uma demanda comunicacional na medida em que a globalização se consolida pela crescente conectividade das tecnologias, pela mobilidade pelo mundo e pelo apagamento de fronteiras. No entanto, ainda que a tecnologia conduza a comunicação a uma abrangência intercontinental, uma perspectiva global depende, sobretudo, de fundamentos epistemológicos para ser promovida, assinala o pesquisador sueco Peter Berglez, da Universidade de Örebro (BERGLEZ, tradução livre, 2013, p.855). Não bastam haver forças econômicas, políticas e ecológicas transnacionais, se não houver uma perspectiva de conhecimento que extrapole os limites “paroquiais”, para usarmos uma terminologia do canadense Stephen Ward, autor de livro sobre a “invenção da ética jornalística”. Senão, permanece a divisão entre peças jornalísticas de interesse nacional versus as de interesse “estrangeiro”, em desfavor da construção de uma agenda pública para uma sociedade civil global.

FIGURA 1 – Mapa interativo do caso *Offshore Leaks*. Fonte: portal do ICIJ.



4 Conclusões

Este artigo não é exaustivo sobre o fenômeno dos consórcios de jornalismo, tampouco sobre o advento das chamadas reportagens transnacionais. O objetivo é chamar a atenção para instituições como o ICIJ e trabalhos como o *Offshore Leaks* e *Swiss Leaks*, que diversificam o campo do jornalismo internacional à medida que expandem as fronteiras da cultura jornalística. Amplia-as para além das barreiras corporativas e dos interesses nacionais.

Uma das conclusões a ser feita sobre trabalhos jornalísticos, tais como o *Offshore Leaks* e o *Swiss Leaks*, é que por mais tecnologia que envolva a confirmação de hipóteses investigativas durante o trabalho jornalístico (o que inclui o uso de *big data*, mineração de dados, linguagem de programação, técnicas de visualização de dados etc.), as questões de natureza ética se tornam mais prementes para saber fazer as perguntas e se responsabilizar por elas. Afinal, provar hipóteses só é relevante ao jornalismo caso a confirmação consiga dinamizar a agenda do espaço público.

Os paraísos fiscais, que foram expostos nas duas séries jornalísticas, são exemplares para ilustrar como algo que é legal em termos jurídicos, se mostra irresponsável e mesmo criminoso quando contextualizado. Um exemplo desse caso está do documentário canadense “The Price We Pay” (2014), de Harold Crooks, cujo argumento é que tal prática, ao ser empenhada pelas corporações, está minando as democracias. Os paraísos fiscais são os responsáveis por haver “níveis históricos de desigualdade que deslocam a carga fiscal sobre a classe média e os pobres” (Fonte: <http://www.thepricewepay.ca/>).

A aplicação do recurso *big data*, que é herdeiro do *jornalismo de precisão*, pode nos fornecer algumas conclusões parciais, considerando as discussões feitas neste artigo: (a) Ele pode gerar um “conhecimento proposicional”, embora seja evidente que tal “fato jornalístico” irá depender de sua contextualização conforme as diferentes culturas profissionais e seus respectivos públicos. (b) Ao contar uma história sobre o sistema financeiro global, mesmo antes de servir para contar “histórias locais”, o fato jornalístico ajuda a construir uma “sociedade civil global” à medida que subsidia e agenda debates públicos além das fronteiras nacionais; (c) tais séries jornalísticas dão visibilidade e “traduzem” fluxos financeiros transnacionais, os quais poderiam ser “invisíveis” se considerados apenas em escala nacional. (d) Apesar das especificidades apontadas neste texto, permanece uma tônica que mantém o “velho” trabalho investigativo e que todos os repórteres o repetem: o de seguir o dinheiro – só que agora em

caráter global. Esse tipo de observação é feita por autoridades no assunto, caso da diretora do *Centro de Jornalismo Investigativo Toni Stabile* da Escola de Graduação da Universidade de Columbia, Sheila S. Coronel.

Ainda que o tanto “reportagens transnacionais” quanto “consórcios de jornalistas” aguardem uma decantação teórica tanto de seus procedimentos quanto de seus valores, eles já sugerem ser alternativas para haver uma maior aproximação de demandas informacionais voltadas a uma sociedade civil global, haja vista que: (a) a reportagem transnacional permite que o valor da competição perca espaço ao da colaboração; (b) formam-se “nós” não-corporativos nessas redes de jornalistas profissionais; (c) o modelo “transnacional” é atraente a jornalistas porque permite uma divisão de custos e de riscos. Ainda que um exercício de prever o que convém apostar pareça pouco prático, ele nos serve como recurso imaginativo da produção do conhecimento. Pensar quais serão os próximos passos da imprensa deixou de ser “futurologia” para ser uma ordem do dia.

5 Referências bibliográficas

- ABRAJI – *Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo* – <http://abraji.org.br/>
- ANDERSON, C. W.; BELL, E. & SHIRKY, C. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. In: **Revista de Jornalismo ESPM**. Abr/Mai/Jun, 2013, Nº 5, ano 2. p. 30-89. Relatório da Columbia University.
- ALFTER, B. The Challenge of Cross-Border Reporting in Europe. In: **Nieman Reports**. Nieman Foundation for Journalism at Harvard. Online exclusives. Disponível em <http://www.nieman.harvard.edu/reports/article/102600/The-Challenge-of-Cross-Border-Reporting-in-Europe.aspx>. Publicado em 2011.
- APPADURAI, A. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. Trad. Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009. 128 p.
- BARBOSA, A. **O mundo globalizado**: política, sociedade e economia. 5ª ed., 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2014.
- BERGLEZ, P. For a Transnational Journalistic Mode of Writing. In: HÖIJER, B. (ed.) **Ideological Horizons in the Media and Among Citizens**. Göteborg University: Nordicom, 2007.
- _____. What is Global Journalism? Theoretical and empirical conceptualizations. In: **Journalism Studies**, 9:6, 845-858, 2013.
- BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BERGLEZ, P.; OLAUSSON, U. Intentional and unintentional transnationalism: Two political identities repressed by national identity in the news media, In: **National Identities**, 13:1, 35-49, 2011.
- BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CANDEA, S. Cross-Border Collaboration and Investigative Smart Grids. In: **Muckraking goes global: the future of cross-border investigative journalism**. 2013. Adapted from issue of Nieman Reports.
- CASTELLS, M. **Communication Power**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2013.
- COLUMBIA JOURNALISM REVIEW. All Together Now: Journalism’s collaborative future. By the Editors. 2009. Acesso feito a 8 de abril de 2014.

- CHOULIARAKI, L. Re-Mediation, Inter-Mediation, Trans-Mediation: the cosmopolitan trajectories of convergent journalism. In: **Journalism Studies**. 14:2, 2013, p. 267-283.
- DEUZE, M. What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. In: **Journalism**. 2005. Vol. 6(4): 442–464.
- DONSBACH, W.; SALMON, C. T. & TSFATI, Y. (Ed.). **The Spiral of Silence: New Perspectives on Communication and Public Opinion**. New York, USA: Routledge, 2014.
- DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 135 p.
- FROOMKIN, D. ‘Follow the Money – Globally’: Investigative reporters collaborating across borders are expanding the scope of what is possible. In: **Nieman Reports**. Nieman Watchdog Project. Nieman Foundation for Journalism at Harvard. November 21, 2012.
- _____. Truth or Consequences: Where is Watchdog Journalism Today? Despite budget cuts and shrinking newsrooms, watchdog reporters are finding new ways to fulfill an old mission—holding those in power to account. In: **Nieman Reports**. 2013.
- GRIEVES, K. **Journalism across Boundaries: The Promises and Challenges of Transnational and Transborder Journalism**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2012.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Bauru, SP: Editora Unesp, 2014.
- IANNI, O. **A sociedade global**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- ICIJ – International Consortium of Investigative Journalists – <http://www.icij.org/>
- JENKINS, H. **Convergence culture**: where old and new media collide. New York University, New York, 2006.
- KALDOR, M. **Global Civil Society: An Answer to War**. Cambridge, UK / Malden, MA, USA: Polity Press, 2003.
- KAPLAN, D. **Global Investigative Journalism: Strategies for Support** A Report to the Center for International Media Assistance (CIMA) / National Endowment for Democracy. 2. ed. 2013. 64 p.
- KOVACH, B. & ROSENSTIEL, T. **The Elements of Journalism: What Newspeople Should Know and the Public Should Expect**. 3rd Ed. 2014.
- LEWIS, C. **The Growing Importance of Nonprofit Journalism**. Joan Shorenstein Center on the Press, Politics and Public Policy Working Paper Series. President and Fellows of Harvard College. 2007.
- _____. A Social-Network Solution: How investigative reporting got back on its feet. In: **Columbia Journalism Review**, 2009.
- _____. Investigative Reporting's International Impact. In: **Muckraking goes global: the future of cross-border investigative journalism**. 2013. Adapted from the issue of Nieman Reports.
- RADU, P. C. **Follow the Money: A Digital Guide for Tracking Corruption**. Washington: **International Center for Journalists**. 2008. 50 p.
- _____. Investigative Journalism: It's All about Cross-Border Cooperation. In: Guerrero, M.; Griffen, S. (Ed.). **Reporter's Guide to the Millennium Development Goals: Covering Development Commitments for 2015 and beyond**. Vienna, Austria: The International Press Institute. pp. 66-69. 2013.
- SHAXSON, N. **Treasure Islands: Uncovering the Damage of Offshore Banking & Tax Havens**. London: Vintage Books, 2012.
- THE PRICE WE PAY. 2014 Director: Harold Crooks. 2014. Filmoption International Canada. 92 min.
- WAISBORD, S. **Reinventing Professionalism: Journalism and News in Global Perspective**. Maiden, USA / Cambridge, UK: Polity Press, 2013.
- WARD, S. J. A. Philosophical Foundations for Global Journalism Ethics. In: **Journal of Mass Media Ethics: Exploring Questions of Media Morality**. 20:1, 3-21, 2005.
- _____. **Global Journalism Ethics**. Montreal & Kingston/ London/ Ithaca: McGill-Queen's Press, 2010.